



“Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar”

Relatório Final Declarações e Proposições

São Paulo, Julho / 2015



Prefeitura do Município de São Paulo

FERNANDO HADDAD
Prefeito

Artur Henrique da Silva Santos
Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

Marcelo Mazeta Lucas
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

Christiane Gasparini Araújo Costa
Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar
e Nutricional de São Paulo

Leandro Costa Cuerbas
Secretário Executivo

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo
Rua da Cantareira, 390 – Centro – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3224-6000 Ramal: 6168 (11) 3228-6363
E-mail: comusan@prefeitura.sp.gov.br

Sumário

Apresentação

- 1. História do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo – COMUSAN-SP**
- 2. Histórico das Conferências Municipais**
- 3. A 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**
 - Data e Local
 - Tema
 - Objetivos
 - Eixos Temáticos
 - Participantes
 - Etapas
 - Comissão Organizadora
- 4. Declaração Política**
- 5. Propostas Aprovadas**
 - 5.1 EIXO I – Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar e Nutricional**
 - a) O que é comida de verdade?
 - b) Agricultura
 - 5.2 EIXO II – Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo**
 - a) Abastecimento
 - b) Água
 - c) Educação e Saúde
 - d) População Vulnerável
 - e) Alimentação Escolar
 - 5.3 EIXO III – São Paulo: adesão, participação social e intersetorialidade na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**
 - a) Articulação e Institucionalização
 - b) Critérios de Composição da VII Gestão do COMUSAN-SP
- 6. Moções Aprovadas**
- 7. Encaminhamentos Pós-Conferência**
- 8. Avaliação e Apontamentos**
- 9. Saiba Mais**
- 10. Siglas e Conceitos**

Apresentação

Aqui estamos nós, finalizando uma etapa de grande mobilização em São Paulo. A Conferência Municipal é a instância máxima desse Sistema, pois é desse momento de grande mobilização da sociedade que saem as prioridades e diretrizes da Política e do Plano Municipais de SAN. Um momento único e inesquecível. Por todos os cantos da cidade, a população se apresentou para debater problemas e soluções em relação aos equipamentos de abastecimento, feiras, sacolões, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos, e também em relação à qualidade da alimentação nos programas públicos, o preço dos alimentos, a saúde pública, a agricultura urbana e periurbana, o alimento orgânico e agroecológico, a educação nutricional, a cultura alimentar. Todos em busca da Comida de Verdade, o lema de nossa conferência.

Além de identificar questões e problemas, elaboramos propostas baseadas em experiências de organizações locais e também na de funcionários públicos de diversos setores.

O complexo caleidoscópio formado pelo conjunto das experiências e as conexões e relações nelas implicadas, mostram como o comer é um ato agrícola, ecológico e também político. Como dizia o jornalista Michael Pollan, “diariamente ao comer, fazemos a natureza virar cultura, transformando o corpo do mundo nos nossos corpos e mentes”.

O exercício da democracia participativa dá trabalho. É complexo reunir tantos temas e segmentos, em uma cidade do tamanho de São Paulo, mas ficamos satisfeitos com o grau de adesão às Pré-conferências e à qualidade das propostas elaboradas.

São iniciativas, em geral, de baixo custo e que otimizam em muito as ações locais de SAN. Tais demandas nos permitem colocar em perspectiva as questões fundamentais da descentralização, da intersetorialidade e da participação social, componentes essenciais na execução da política e do plano paulistano de SAN.

Com o vigor necessário, queremos ser conhecidos como uma cidade que afirma a alimentação como um direito. Queremos uma cidade com uma política de abastecimento e segurança alimentar e nutricional imbatível, onde o Estado faz chegar frutas, verduras e legumes, comida de verdade, no campo e na cidade, a todos os seus cidadãos, com prioridade aos mais vulneráveis e às regiões mais carentes.

Christiane Gasparini Araújo Costa

Presidente do

Conselho Municipal de segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

Apresentação

A sensação do dever cumprido. E a busca incessante de novos desafios. É dessa forma que definimos o sucesso da 6ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do município. A cidade avançou substancialmente na implantação das políticas que promovem o direito à alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional da população.

As proposições e o resultado da participação de uma sociedade atuante neste evento corroboram as ações municipais desta gestão: em 2013 instituímos a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na cidade de São Paulo, com a aprovação da Lei nº 15.920/2013, que estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2015 regulamentamos o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-SP, empossamos os novos membros e criamos a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), componentes estruturantes do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da luta pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada na capital.

Todas as ações foram fundamentais para a adesão do município ao Sisan, (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) do governo federal.

Nosso próximo desafio é a concretização dos projetos, além da execução de programas e ações que garantam o direito humano à alimentação adequada, o combate à fome, à exclusão social e o estímulo por hábitos alimentares saudáveis, além da geração de renda vinculada à alimentação saudável e inclusão social, e o consumo consciente dos alimentos, como o fortalecimento da agricultura familiar e maior acesso a produtos orgânicos.

Desta forma, beneficiaremos a cidade em toda a sua cadeia produtiva, garantindo comida de verdade, no campo e na cidade, a todos os cidadãos.

Artur Henrique da Silva Santos
*Secretário Municipal
do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo*

1. História do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo – COMUSAN-SP

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN/SP, foi criado na I Conferência Municipal de Segurança Alimentar de São Paulo, em 2001, e tornado oficial pelo Decreto nº 42.862, de 13 de fevereiro 2003.

O Conselho é um espaço que permite o diálogo e estimula a organização da sociedade, por meio da integração de 3 setores: representantes do poder público, sociedade civil organizada e instituições ou entidades que atuam com Segurança Alimentar e Nutricional, como: igrejas, sindicatos, cooperativas, Ong's, entre outras.

Em, sua trajetória histórica, o Conselho tem um movimento de reorganização, visando sempre a participação e controle social, conforme estabelecido nos Decretos:

- Decreto nº 50.126/08 Atualização estrutural, com o objetivo de contribuir para a concretização do direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação e à Segurança Alimentar e Nutricional.

- Em 18 de dezembro de 2013, o Conselho e a CAISAN foram previstos na Lei nº 15.920, sendo estabelecidos como os componentes do município no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e reforçando, assim, a importância dos mesmos para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

- Decreto nº 55.867, de 23 de janeiro de 2015, Nova Regulamentação, dispendo sobre suas competências, composição e funcionamento no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, nos termos previstos na Lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013, conforme previsto no parágrafo único do seu artigo 5º.

O COMUSAN-SP tem caráter consultivo, suas atividades envolvem:

- Proposição, acompanhamento e fiscalização das ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional;
- Articulação de áreas do governo municipal com as organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas ao combate das causas da miséria e da fome, no âmbito do Município.
- Incentivo de parcerias de caráter regional que garantam mobilização dos setores envolvidos e racionalização do uso dos recursos disponíveis;
- Cooperação na formulação do plano municipal de segurança alimentar e nutricional, entre outros.

O Conselho, também recebe denúncias da população sobre assuntos referentes à alimentação e nutrição.

O Conselho se organiza para desenvolvimento das atividades com reuniões plenárias, ordinárias mensais e extraordinárias, quando necessárias e grupos e trabalhos.

Gestões do Comusan:

(2001-2003); (2004-2007); (2007-2010); (2010- 2013); (2015-2017)

O COMUSAN-SP é composto por membros, titulares e respectivos suplentes, dos quais 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 (um terço) de representantes governamentais, desde representações da comunidade negra, índios, imigrantes, povos e religiões de matrizes africanas, universidades, etc. Tem como presidente um membro da sociedade civil, eleito

pelo demais conselheiros, sendo secretariado por um membro do poder público vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo, com mandato de 2 anos.

É fundamental a participação dos conselheiros das diversas regiões do município de São Paulo em todos os momentos do conselho. Desde as reuniões até às ações efetivas no território, na organização e condução de ações coletivas, tais como: Conferências, Encontros, Formações, para que efetivem-se de fato, Políticas Públicas de SAN na cidade de São Paulo.

A participação dos conselheiros é considerada serviço público não remunerado.

2. A 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Data e Local

A 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo – 6ª CMSAN foi realizada nos dias 26 e 27 de junho de 2015, no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional da Vila Maria – CRESAN-Vila Maria na Zona Norte da cidade de São Paulo.

Tema

O tema da 6ª CMSAN foi “Comida de Verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”

Objetivos

Objetivo Geral

Ampliar e fortalecer os compromissos políticos pela soberania alimentar e garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Objetivos Específicos

I - Avaliar a situação de Segurança Alimentar e Nutricional no município de São Paulo;

II - Apresentar propostas que indiquem diretrizes e prioridades à construção da Política e Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

III - Proceder à escolha de delegados e delegadas, da sociedade civil e do poder público, para a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de SP; e

IV – Definir critérios de participação no processo de eleição para a composição da VII Gestão do COMUSAN-SP.

Eixos Temáticos

Eixo 1 – Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar.

Eixo 2 – Dinâmicas em curso e escolhas estratégicas para a política pública em Segurança Alimentar e Nutricional em São Paulo.

Eixo 3 – São Paulo: adesão, participação social e intersectorialidade na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Participantes

A 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo contou com a participação de 1.031 pessoas, dentre representações governamentais e da sociedade civil, categorizadas da seguinte forma:

- Delegados(as) eleitos(as) nas Pré-Conferências Macrorregionais;
- Delegados(as) natos(as) (membros do COMUSAN-SP);
- Convidados;
- Equipe de apoio;
- Comissão Organizadora.

Durante a Conferência, apenas os(as) delegados(as) tiveram direito à voz e voto. Os(As) convidados(as) tiveram apenas direito à voz.

Na Conferência houve expressiva participação de mulheres, além da participação de representantes indígenas, povos e comunidades tradicionais, negros e imigrantes, abarcando as diferentes realidades e povos que representam a formação cultural da cidade de São Paulo.



Etapas

Pré-Conferências Macrorregionais

A cidade de São Paulo possui uma configuração regional bastante peculiar devido a sua magnitude territorial e populacional, o que resulta que a cidade seja subdividida em 32 subprefeituras para agilidade em sua administração. Dessa forma, foi pensada uma regionalização que levou em consideração a proximidade, o número populacional e o grau de envolvimento com a temática de SAN para que dessa forma se agregasse essas subprefeituras para a realização das Pré-Conferências, conforme segue:

Macro-Local	Subprefeituras	Data e horário	Local
LESTE	I – Penha, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo, Guaianases.	08/05	São Miguel
	II –, Cidade Tiradentes, Itaquera, Sapopemba, Vila Prudente, Aricanduva.	09/05	São Mateus
SUL	I – Capela do Socorro, Cidade Ademar.	15/05	Parelheiros
	II – M’Boi Mirim, Butantã, Santo Amaro.	16/05	Campo Limpo
	III – Vila Mariana, Ipiranga	22/05	Jabaquara
NORTE	Casa verde, Jaçanã/Tremembé, Perus, Pirituba, Santana/Tucuruvi, Vila Maria/Vila Guilherme	23/05	Freguesia do Ó
	CENTRO/OESTE Mooca, Lapa, Pinheiros	29/05	Sé

No mês de maio de 2015 foram realizadas sete Pré-Conferências Macrorregionais como etapas que antecederam a realização da 6ª CMSAN. Foram caracterizadas por um processo de articulação e mobilização bastante

intensos, desde o trabalho de envolvimento das subprefeituras e poder público até o envolvimento da população local. As Pré-Conferências tiveram uma média 100 pessoas presentes, totalizando cerca de 700 pessoas em suas 7 edições.

Essas Pré-Conferências objetivaram captar junto à comunidade e representantes do poder público a realidade local no que se refere aos temas relacionados à alimentação divididos nos Eixos de Discussão que foram apresentados aos participantes por intermédio de um Documento de Referência que objetivou a contribuição com o debate. Cada uma das sete Pré-Conferências gerou um Relatório Final no qual continham as principais discussões e as propostas elaboradas.

Nesta etapa foram eleitos os delegados que representariam sua região na 6ª CMSAN.

Atividades Livres

Como etapa preparatória à realização da 6ª CMSAN também foram realizadas Atividades Livres autogestionadas. Essas atividades eram propostas por entidades e movimentos sociais nas quais era discutido o tema central da 6ª CMSAN ou temas específicos. Nesse sentido, aconteceram 10 Atividades Livres que abordaram as seguintes temáticas: água, história e memória da alimentação, desperdício de alimentos, etc. Essas atividades geraram documentos contendo suas principais propostas e não tinham o objetivo de eleição de delegados para a etapa municipal.

Conferência Municipal

A etapa municipal é um momento de convergência de todas as discussões e propostas advindas das etapas preparatórias. Para auxiliar nas discussões há um Documento Base, que traz em seu bojo um apanhado da realidade da Segurança Alimentar e Nutricional no município e a sistematização das propostas advindas das Pré-Conferências. Na Conferência Municipal foram formados Grupos de Trabalho sobre temáticas específicas a cada Eixo de discussão nos quais foram discutidos os temas e avaliadas as propostas sistematizadas.

Além das propostas que compõem o presente Relatório, também saem como produto final da Conferência Municipal, as Moções e a Carta Política, documento que enfatiza as principais discussões, demandas e proposições da 6ª CMSAN. Tanto as Moções como a Carta Política foram documentos votados em Plenária.

Regimento da 6ª CMSAN

O Regimento Interno da 6ª CMSAN foi elaborado pelo COMUSAN-SP que definiu objetivos, eixos, estrutura de organização, local de realização, etc. esse documento foi colocado em discussão e votado em Plenária na 6ª CMSAN, no dia 26 de julho de 2015.

Composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo

I – PODER PÚBLICO MUNICIPAL

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

Titular: Mariana Mazzini Marcondes - RF 809.575.2

Suplente: Pamella de Cicco Canato - RF 811.030.1

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Titular: Marcelo Mazeta Lucas - RF 807. 641.3

Suplente: Luis Henrique Marinho Meira - RF 793.013.5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS

Titular: Claudia Elizabete da Silva - RF 810.498.1

Suplente: Osvaldo Logatto - RF 807.622.7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Titular: Eliana Maria Ribeiro Garrafa - RF 305.035.1

Suplente: Michele Alexandra dos Santos - RF 800.186.3

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Titular: Rita Helena Bueno Pinheiro - RF 629.201.1

Suplente: Vera Helena Lessa Villela - RF 545.654.1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Danuta Chmielewska - RF 809.820.4

Suplente: Agnes Hanashiro - RF 775.845.6

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Titular: José Luiz de Lima - RF 812.823.5

Suplente: José Cano Herédia Neto - RF 813.644.1

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

Titular: Simone Miketen - RF 806.642.6

Suplente: Cibele Amaral Alves de Abreu- RF 516.455.9

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Titular: Maria da Penha Agazzi Fumagalli - RF 812.237.7

Suplente: Lygia Sabbag Fares Gibb - RF 816.484.3

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Titular: Cristina Rezende Maria - RF 812.746.8

Suplente: Aurelina de Araújo Marques Magalhães – RF 815.015.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS

Titular: Antonio Oswaldo Storel Junior - RF 60

Suplente: Marisa Corrêa - RF 585.274.9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Titular: Larissa Carolina de Almeida Marco - RF 815.852.5

Suplente: Débora Maria Mustapha Coelho - RF 815.796.1

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA

Titular: Silvana Lucena dos Santos Drago - RF 508.470.9

Suplente: Marcia Regina Marolo de Oliveira - RF 680.816.6

ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE PÚBLICA PROF. MAKIGUT

Titular: Valdirene Tizzano da Silva - RF 675.873.8

Suplente: Anamaria Bragança Alves - RF 694.672.1

II – SOCIEDADE CIVIL

Titular: ALMEDI - Associação de Luta por Moradia e Direito do Imigrante - Iber Condori Choque

Suplente: Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana - Mirlene Gomes Pauferro

Titular: Associação Beneficente Cristo Sapopemba – Natalício T. de Albuquerque

Suplente: Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério à Missão de Cristo - Valéria de Oliveira

Titular: Associação Comunitária Santos Jardins das Oliveiras - Isabel de Lourdes Varotto

Suplente: Associação Beneficente Esporte Cultura e Lazer Nosso Sonho - Carlos José Alves

Titular: Associação Integração Campo Cidade – Kiyosumi Misawa

Suplente: Movimento pela Cidadania e Solidariedade do Estado de São Paulo - Ivan Souza Moraes

Titular: Rede Local de SANS do Butantã - Nadir Silva Moraes

Suplente: IBFAN - Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar - Regicely A. B. Ferreira

Titular: Instituto Portal da Cidadania - Bruno Angelo Nepomuceno

Suplente: Associação dos Moradores da Zona Norte e Adjacências - Manuel M. F. da Costa

Titular: Comunidade Kolping São Francisco Guaianases - Maria de Fátima Rodrigues

Suplente: Centro de Apoio ao Adolescente do Jardim das Oliveiras - Júlia Gonçalves de Oliveira

Titular: Slow Food - Fabiana Sanches de Oliveira

Suplente: Sociedade Vegetariana Brasileira - Fabiana P. C. Servilha

Titular: ABPA - Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes - Milton Perez

Suplente: Associação Cultural, Recreativa, Educacional e Social Vozes do Caminho – ACRESVC - Marcia Messina Timoteo

Titular: SESC - Serviço Social do Comércio - Luciana C. M. C. Gonçalves

Suplente: Banco de Alimentos Associação Civil – Camila Mendes Kneip

Titular: APRAG - Associação Controladora de Pragas Urbanas - Sergio dos Santos Bocalini

Suplente: Obras Sociais Nossa Senhora AQUIROPITA – Maria Claudete Grutzmann

Titular: Acrofapi - Associação Comunitária Francisco Pinheiro - Maria Helena Flaviano

Suplente: Associação Instituto Ata - Milad A. Mack Atala

Titular: Instituto 5 Elementos - André Ruoppolo Biozoti

Suplente: Instituto Kairós Ética e Atuação Responsável - Ana Flávia Borges Badue

Titular: Instituto Pólis - Christiane G. Araujo Costa

Suplente: ITS - Instituto de Tecnologia Social - Suely Aparecida Ferreira

Titular: Universidade Anhanguera de São Paulo – Juliana Shibao

Suplente: Sociedade Feminina do Bairro 3º Divisão e Adjacências - Joana Alves de Oliveira

Titular: Universidade Paulista – UNIP - Betina Gerken Brasil

Suplente: Movimento pelo Direito à Moradia - Dalva Maria de Oliveira

Titular: Fundação ABRINQ - Márcia C. P. da Silva Thomazinho

Suplente: Pastoral da Criança - Teresa Anunciata C. dos Santos

Titular: Instituto Espaço Saúde - Maria Fátima dos Santos

Suplente: Associação Nova Esperança São Francisco – Adalgisa Oliveira da Silva

Titular: Associação Beneficente Mabel - Maria do Céu Macedo de Oliveira

Suplente: Associação Roda Viva - Fernanda da Cruz Ferreira

Titular: Associação Criança Carente do Bairro Jardim Iporã - Vanderlucia Jacinto do Nascimento

Suplente: Associação Beneficente Fazenda Itaim - Maria Ap. Ferreira Félix da Cruz

Titular: CRN - 3 - Conselho Regional de Nutricionistas 3º Região (SP e MS) -
Vânia Luzia Cabrera

Suplente: Associação Paulista de Nutrição – APAN – Laura Magrini Luiz Alonso

Titular: COOPERAPAS - Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e
de Água Limpa da Região Sul de São Paulo - Lia Goes de Moura

Suplente: Instituto Aua de Empreendedorismo Socioambiental - Gabriel de
Menezes

Titular: FAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da CUT do
Estado de São Paulo - Marco Antonio Augusto Pimentel

Suplente: Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de São
Paulo - Elcio Pires

Titular: Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo - Milcira Teixeira
Filho

Suplente: Empreendimento de Economia Solidária Mãos na Massa - Mirtes
Gomes de Holanda

Titular: Movimento Social Indígena - Avani Florentino de Oliveira

Suplente: Comissão Pró Índio - Carolina Bellinger

Titular: Ilê Aché Omo Ode - Jair Cardoso Netto

Suplente: Ação da Cidadania - André Luzzi

Titular: Instituto Kilowa de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Ieda
Ferreira de Donato

Suplente: Clube de Mães do Jardim Nove de Julho – Iraci Roberto do
Nascimento

Titular: Acervo da Memória e do Viver Afro Brasileiro – Ana Maria Conceição
Brasil

Suplente: SEFRAS - Associação Franciscana de Solidariedade - Rosangela H.
Pezoti

Comissão Organizadora

Grupo Executivo

Christiane Gasparini Araújo Costa

Leandro Costa Cuebas

Nadir Silva Moraes

Maria do Céu M. de Oliveira

Ieda Ferreira de Donato

Subcomissão de Relatoria e Temário

Nadir Silva Moraes

André Ruoppolo Biazoti

Bettina Gerken Brasil

Dalva Maria de Oliveira

Antonio Oswaldo Storel Junior

Michele Alexandra dos Santos
Osvaldo Logatto
Elia Maria Ribeiro Garrafa
Solange Cavalcante da Silva Redolfi
Simone Miketen
Marisa Corrêa

Subcomissão de Comunicação e Mobilização

Ieda Ferreira de Donato
Natalício T. de Albuquerque
Carlos José Alves
Kiyosumi Misawa
Ivan Souza Moraes
Luciana C. Machado C. Gonçalves
Camila Mendes Kneip
Márcia C. Cristina P. S. Thomazinho
Tereza Anunciata C. dos Santos
Maria Aparecida Ferreira Félix da Cruz
Jair Cardoso Netto
André Luzzi
Iraci Roberto do Nascimento

Subcomissão de Infraestrutura

Maria do Céu M. de Oliveira
Iber Condori Choque
Juliana Shibao
Márcia Marolo
Vinícius do Nascimento
Agnes Hanashiro

Equipe Técnica do COMUSAN-SP

Leandro Costa Cuebas – Secretário Executivo
Rosalina da Conceição Gomes Alves
Siane Muniz da Silva
Nuno Coelho de Alcântara Junior
Elia Maria Martins
Natália Alcalá

3. Declaração Política

6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Considerando a Segurança Alimentar e Nutricional como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Considerando o novo Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, que incentiva o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados como base da alimentação; que propõe a diminuição do consumo de óleos, gorduras, sal e açúcar e de alimentos ultra processados.

Considerando os princípios da participação social, da soberania alimentar, da descentralização e da intersetorialidade em que se baseiam as políticas e programas municipais de segurança alimentar e nutricional.

Ocorreu nos dias 26 e 27 de Junho de 2015 a VI Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de 1031 pessoas, entre movimentos populares, poder público, delegados e convidados. A Conferência consolida as etapas da construção da política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como base a consagração da alimentação como direito humano e com o tema “Comida de verdade, no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”.

A partir das propostas das 7 Pré-Conferências Macrorregionais e 10 Atividades Livres, a VI Conferência aprovou o total de 78 propostas que subsidiarão a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir de ações e experiência de sucesso da população, diagnósticos de dificuldades e barreiras que impedem o acesso universal a alimentos e propostas para ações de superação dessas dificuldades.

Este é o momento fértil de lançarmos as sementes para a construção da Política e o Plano Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e fortalecer os componentes integrantes do Sistema Municipal de SAN, a saber o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

As propostas aprovadas na VI Conferência Municipal versam sobre desafios nas áreas de atenção a população vulnerável e com deficiência; articulação e intersetorialidade; educação e saúde; abastecimento; agricultura; alimentação escolar; divulgação e publicidade.

Após as discussões nos grupos de trabalho e na plenária da Conferência, houve destaque para:

1. A importância da descentralização da administração pública relativa à programas de segurança alimentar e nutricional, para articular um território extenso como o do Município de São Paulo; fortalecer as subprefeituras no apoio e fomento aos programas locais e mapeamento das ações locais realizadas pelos movimentos sociais;
2. O fortalecimento e ampliação de iniciativas de agricultura urbana e periurbana no município, com foco na ocupação de espaços públicos e privados e no provimento de recursos, estrutura e capacitação para hortas comunitárias;
3. A promoção de capacitação em educação nutricional ampliada, continuada e permanente para população, controle social e profissionais estratégicos como profissionais de saúde em atenção básica, vigilância em saúde e educadores de ensino fundamental e médio, promovendo a soberania alimentar; de divulgação de princípios e diretrizes de segurança alimentar e nutricional por meio de materiais de direito humano à alimentação com linguagem acessível a diferentes públicos por meio de diversos recursos midiáticos.
4. O reconhecimento da agroecologia enquanto campo do conhecimento capaz de valorizar o trabalho humano na terra e suas relações com o meio, produzindo alimentos de qualidade e quantidade e incentivando sua comercialização justa na cidade. Para o desenvolvimento da agroecologia, é fundamental garantir assistência técnica agroecológica e insumos agrícolas e sementes crioulas, assim como estruturas de logística e de comercialização dos produtos, com foco na abertura de novas feiras orgânicas, valorizando a relação entre o produtor e cidadão e valorizando o uso sustentável da terra.
5. A necessidade de garantir a preservação e resgate dos aspectos históricos e culturais no que se refere à tradições e saberes ancestrais na ocupação do espaço e fomentar integração do urbano e rural.
6. Resgatar o caráter social e cultural dos espaços de abastecimento municipal, garantindo política de comércio justo e solidário de alimentos que são protetores para a saúde.
7. Garantir o desenvolvimento de programas associados ao ciclo do alimento, considerando a produção, logística, comercialização, consumo e descarte, priorizando neste último o processo de compostagem como forma de geração de insumos agrícolas voltados aos agricultores orgânicos no território municipal.
8. A necessidade da proteção das nascentes, mananciais, rios e florestas da cidade de São Paulo; Assim como a elaboração de planos de contingência e emergência para a crise hídrica levando em consideração a segurança alimentar e nutricional e necessidade de oferecer à população postos de distribuição gratuita para uso básico em caso de

desabastecimento de água; divulgar o uso racional da água e de tecnologia de reuso e aproveitamento de água de chuva;

9. A prioridade na adoção de medidas de regulação e fiscalização para coibir práticas abusivas da indústria de alimentos que incentivam a população ao consumo excessivo, inadequado e habitual de alimentos ultraprocessados com especial destaque para mensagens publicitárias e estratégia de comunicação mercadológica direcionada às crianças e também de produtos competidores com o aleitamento materno.
10. A necessidade de prover capacitação da população e equipamentos que possibilitem a preparação de alimentação saudável, priorizando alimentos *in natura*; intensificar as estratégias de promoção de educação alimentar e nutricional; apoiar iniciativas de participação e controle social em relação à alimentação escolar; fiscalizar a regulação das cantinas escolares públicas e privadas garantindo acesso à alimentação saudável.
11. Assegurar políticas específica e universais de segurança alimentar e nutricional para os grupos vulneráveis no município de São Paulo, garantindo o direito humano a alimentação.

Após amplo debate entre os delegados e convidados e reconhecendo o caráter soberano da Conferência na construção do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, enviamos ao poder público os seus resultados, aguardando o amplo apoio governamental às demandas sociais na elaboração da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar.

São Paulo, 27 de junho de 2015

4. Propostas Aprovadas

5.1 EIXO I – Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar e nutricional

a) O que é comida de verdade?

Comida de verdade é aquela que respeita os ciclos de vida e suas necessidades, por exemplo, para o bebê o alimento mais saudável é o leite materno que garante tudo o que é necessário ao crescimento saudável.

Comida de verdade é aquela que respeita a temporalidade dos alimentos, ou seja o consumo de alimentos de época é recomendado por ser nutritivo e por apresentar preços geralmente mais acessíveis.

Comida de verdade requer o respeito à natureza, ou seja, deve-se levar em consideração a forma como esse alimento é produzido,

Comida de verdade é a que considera a cultura como um importante aspecto, pois os diferentes povos têm histórica e culturalmente suas fontes principais de alimentação.

Comida de verdade é aquela mais natural possível e livre de elementos contaminantes. Além disso, a comida de verdade requer cuidados para evitar o desperdício em toda a cadeia, desde a produção até chegada na mesa de cada um. O que se tem consumido são produtos alimentícios e não comida, dessa forma, existem obstáculos que dificultam o consumo da comida de verdade: a falta de tempo é sempre apontada; os produtos ultraprocessados que têm em sua composição excesso de sal, açúcares e gorduras.

b) Agricultura

1	Consolidar e efetivar a integração de diversos programas e políticas públicas já existentes voltados à temática da agricultura urbana, garantindo a criação de hortas comunitárias em praças, parques e equipamentos públicos; mapeamento de espaços ociosos, públicos e privados, e de pessoas e famílias interessadas; provimento de insumos, ferramentas, estruturas e acesso subsidiado à água e luz; incentivos fiscais para implantação de hortas em terrenos privados; além de capacitação e cursos em horticultura.
2	Implantação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Soliário, prevendo o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural no município; insumos de qualidade, especialmente, sementes crioulas; quadro de carreira estável por meio de concursos para engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas especializados; mapeamento das unidades de produção agrícola; investimento, incentivos e crédito rural; adequação ambiental e pagamentos por serviços ambientais prestados; alternativas de certificação; incentivos e provimento de bolsa para mão-de-obra local; e parcerias com universidades e escolas técnicas agrícolas para assistência técnica
3	Estruturar as regiões produtoras de alimento da cidade, com prioridade para a região de Parelheiros enquanto um polo de produção sustentável agrícola, prevendo a implantação de um entreposto para garantir o beneficiamento e escoamento de produtos e de uma escola técnica agrícola para formação de mão

	de obra local, garantindo melhor geração de renda e trabalho para região.
4	Fortalecer o programa “Composta São Paulo”, visando transformar, por meio da compostagem, todo o resíduo orgânico urbano, incluindo sobras das feiras e de podas, em adubo orgânico voltado aos programas e ações de agricultura urbana, periurbana e rural do município, considerando empreendimentos em larga e menor escala.
5	Priorizar, nas ações e propostas voltadas à produção de alimentos, as comunidades tradicionais existentes no município de São Paulo, com foco nas aldeias indígenas, e respeitando a cultura e a necessidade local.
6	Implantar alternativas de venda direta para comercialização e abastecimento de produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar, preferencialmente orgânicos, com destaque na ampliação do número de feiras orgânicas no município, tendo como meta o mínimo de uma feira orgânica por Subprefeitura, considerando locais de fácil acesso para os consumidores e maior divulgação de editais para os produtores rurais do município e região.

4.2 EIXO II – Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo

a) Abastecimento

1	Criar centros de abastecimentos em todos os distritos administrativos , tais como sacolões, feiras agroecológicas, com preços acessíveis e horários diversificados, e em locais viáveis conforme a legislação com subsídio/desoneração para agricultura familiar e produção agroecológica
2	Facilitar e fomentar o acesso e comércio de frutas, legumes e verduras in natura e minimamente processados, preferencialmente alimentos orgânicos em espaços e equipamentos públicos, tais como os terminais de transporte urbano e metrô com formação específica para os vendedores ambulantes garantindo 1/3 de comércio de comida de verdade na concessão destes espaços
3	Implantar Núcleos de História e Memória da Alimentação nos equipamentos públicos de abastecimento como Mercados, Sacolões e Feiras-Livres e também em bibliotecas favorecendo a formação de uma rede municipal de história de alimentação da cidade
4	Disponibilizar aplicativos com as seguintes temáticas: mapeamento da produção e rastreabilidade do alimento, o que acontece na cidade com relação à produção, distribuição e comercialização de alimentos e produção agroecológica, a história dos mercados para o resgate d a função pública destes espaços.
5	Estabelecer uma política de abastecimento para a cidade de São Paulo que, em todos os seus programas, leve em conta a inclusão de ambulantes e agricultores familiares, bom como o acesso às populações das periferias; que subsidie a venda de alimentos para famílias de baixa renda; que seja de base agroecológica e valorize a agricultura familiar e; que oriente e monitore os aspectos sanitários, o desperdício e o preço dos alimentos.

6	Estabelecer uma política de comércio justo e economia solidária para alimentos saudáveis com preços acessíveis
7	Criar novos bancos de alimentos em cada macrorregião estabelecer uma política trabalho que os torne efetivos no combate ao desperdício e promoção do acesso ao alimento a grupos de vulnerabilidade social da população.
8	Instalar equipamentos de SAN em todas as regiões da cidade de São Paulo (cozinhas comunitárias, hortas e restaurantes populares)
9	Criar equipamentos públicos de restaurantes populares nas macrorregiões da cidade de São Paulo e uma gestão compartilhada com o poder público, com política de monitoramento dos mesmos.
10	Operacionalizar e institucionalizar locais de alimentação coletiva nos CRSANs, e outros espaços públicos, como forma de garantir acesso à alimentação e como atendimento às políticas públicas das mulheres, povos tradicionais e populações em situações de vulnerabilidade.
11	Fomentar a criação de hortas em todos equipamentos públicos e a realização de compostagem.
12	Criar uma política municipal de abastecimento que garanta a presença de alimentos in natura e minimamente processados em todos os distritos da cidade de São Paulo.
13	Estabelecer no município de São Paulo a obrigatoriedade de identificação por rotulagem dos alimentos transgênicos e mantê-los em setores específicos dentro dos comércios
14	Retomar o papel social e de segurança alimentar dos mercados municipais e sacolões, garantindo também a atuação destes espaços por produtores familiares e agroecológico como estratégia de preservar os saberes tradicionais e cuidados com a produção sustentável.

b) Água

1	Criar e difundir mecanismos para maior transparência, participação e controle social na gestão dos recursos hídricos e saneamento da cidade de São Paulo, tais como: Reativar e fortalecer os Comitês de Bacia no Município de São Paulo, a participação na revisão do Plano Municipal de Saneamento, Seminários e Palestras locais, utilização de aplicativos para o monitoramento de vazamentos e desperdício de água, dentre outros.
2	Elaborar e implantar plano de contingência e plano de emergência levando em conta a SAN para o enfrentamento da crise hídrica bem como, orientação à população de como lidar com a crise.
3	Apoiar a produção e difusão de plantas comestíveis não convencionais (PANC'S) que são adaptadas à estiagem em condomínios, equipamentos de saúde, hortas comunitárias, urbanas, escolares, escolas-estufa, em parques municipais, praças e outros.
4	Divulgar informações e tecnologias utilizadas sobre como é feito o tratamento de água e esgoto acompanhados e fiscalizados por outros órgãos além da SABESP com estudo de impactos na saúde.

5	Estimular e Difundir a construção de tecnologias socioambientais para que possam criar uma nova cultura de uso racional, reuso e cuidado com a água e tornar acessível economicamente com isenção de impostos, financiamento de baixo custo e difusão de mutirões de construção local.
6	Articular e integrar através de um pacto os três níveis de governo (municipal, estadual e federal), independente da questão partidária, na gestão hídrica diante da complexidade que o tema exige,
7	Orientar a população através de práticas de educação ambiental com campanhas na mídia em geral sobre o uso racional e reuso de água de forma segura, distinguindo água potável de não potável e como trata-la em caso de necessidade e emergência para minimização de danos à saúde.
8	Implementar nas escolas públicas, CEUs, centros de referência, em outros equipamentos públicos tecnologias que deem suporte para a escola e população geral no enfrentamento da crise hídrica com controle de desperdício de água, uso racional e reuso de água e ao mesmo tempo com orientação educativa, sugerimos na composição desse Kit: cisterna, banheiro seco, compostagem/minhocário, minimização de resíduos, horta agroecológica com PANCs, sistemas de biofiltro, de tratamento caseiro da água e outros.
9	Priorizar ações de proteção e recuperação dos mananciais através de projetos e parcerias com práticas agroecológicas, educação ambiental catabagulho, capina agroecológica, calçadas verdes, mutirões de arborização, hortas comunitárias e urbanas agroecológicas.

c) Educação e Saúde

1	Valorização do nutricionista e especialista em segurança alimentar e nutricional (SAN), criando cargos em equipamentos públicos.
2	Formação em educação continuada e permanente dos diferentes profissionais que atuam na área de alimentação visando assegurar à abordagem dos temas relacionados à história, memória e cultura, garantindo a soberania alimentar.
3	Projetar e realizar ações intersetoriais para crianças e jovens com a participação ativa da comunidade que realcem a importância do (Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) e do convívio com o meio ambiente através da formação de hortas comunitárias.
4	Promover as ações educativas nos equipamentos públicos (feiras, mercados, centros de referência), voltadas a todos os ciclos da vida.
5	Contribuir no processo de organização e desenvolvimento da cidade garantindo a preservação dos aspectos históricos e culturais na ocupação do espaço e integração do urbano e rural;
6	Organizar, sistematizar e divulgar as publicações e estudos já existentes sobre o tema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em plataforma eletrônica, ou pontos de leituras em diferentes serviços de alimentação na cidade;
7	Incentivar e divulgar amplamente a realização de projetos de memória e cultura alimentar por meio de chamadas públicas do Programa Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) da Prefeitura de São Paulo, Telecentros, ou Pontos de Memória,

	no âmbito do Programa Cultura Viva, de modo reconhecer e apoiar as iniciativas desenvolvidas por coletivos da cidade visando preservar e salvaguardar os saberes e sabores
8	Realizar e divulgar ações formativas de educação popular voltados ao aproveitamento integral de alimentos, controle do desperdício, separação dos resíduos nas frações “orgânicos, seco e rejeitos”, e reciclagem dos restos de alimentos por meio da compostagem em todas as subprefeitura.
9	Criar estratégias de resgate e valorização das tradições e saberes ancestrais, envolvendo os diversos cenários, incluindo os núcleos de educação ambiental e comunidades tradicionais
10	Definir orientações e diretrizes que embasem as normativas para formação técnico pedagógico destinadas às equipes envolvidas nos programas municipais relacionados a SAN.
11	Elaborar materiais de ampla divulgação com linguagem acessível a diferentes públicos e utilizando diversos recursos audio-visuais e midiáticos contendo os princípios e diretrizes da política de SAN.
12	Ampliar os centros de referência de segurança alimentar e nutricional e o programa ambientes verdes e saudáveis nas subprefeituras para sensibilizar, apoiar, capacitar, incentivar e acompanhar a população e escolas e creches na implantação de hortas verticais e jardinagem.
13	Criar na programação de cursos oferecidos pelo PRONATEC e ETEC, curso de formação específica em SAN.
14	Compor o quadro da UBS com Nutricionista para realização da educação alimentar e nutricional.
15	Garantir espaço e infraestrutura para entidades que atuam com SAN.

d) População Vulnerável

1	Garantir que o poder público municipal, estadual e federal mapeie, fomente, articule e integre entidades públicas e privadas que lidam com populações vulneráveis a políticas de acesso ao trabalho, emprego e renda e capacitação em plantio, produção e processamento de alimentos, proporcionando a segurança alimentar e nutricional.
2	Promover, ampliar e garantir nas 3 esferas de governo a grupos populacionais socialmente vulneráveis aos programas de transferência de renda, distribuição de alimentos e economia solidária.
3	Apoiar entidades e ONGs que executam ações de garantia do acesso ao alimento a grupos de maior vulnerabilidade social inclusive com revisão de critérios que dificultam o acesso e trabalho das pequenas entidades.
4	O poder público, nas 3 esferas de governo, deve monitorar e fiscalizar todas as políticas de SANS, dando publicidade aos relatórios de prestação de contas periódicas aos respectivos Conselhos e ampla publicidade nos meios de

	comunicação.
5	Criar e implantar uma política de Estado de SAN, para a população em situação de rua, bem como garantia ao acesso aos programas de transferência de renda e inclusão social.
6	O poder público deve garantir, nas 3 esferas de governo, a criação e implantação nos CRSANS espaço de formação e capacitação permanente nas áreas administrativa, financeira, contábil e jurídica para apoiar as entidades privadas que executam ações de SAN a grupos de maior vulnerabilidade social, garantindo a estas maior facilidade de acesso aos programas de transferência de renda e distribuição de alimentos.
7	Garantir a demarcação das Terras Indígenas e acesso a espaços ociosos para cultivo de alimentos, assim como assessoria jurídica e acesso a serviços, programas e projetos que garantam o direito à alimentação adequada, respeitado a sua diversidade.
8	Garantir o acesso a kit alimentação mensal específico para as pessoas com anemia falciforme em situação de vulnerabilidade social.

e) Alimentação Escolar

1	Avaliar as demandas de alimentação suplementar que possam vir a ser supridas pelo programa de alimentação escolar nas atividades escolares curriculares e extracurriculares.
2	Equipar adequadamente as cozinhas das unidades educacionais (equipamentos e utensílios versus alunos), garantido a manutenção periódica e reposição quando necessário e adequar o quadro de pessoal da cozinha aos alunos, capacitando-os periodicamente para que as refeições sejam saudáveis, e priorizando alimentos in natura.
3	Garantir condições para que a escola tenha autonomia assistida por nutricionista na elaboração do cardápio e acompanhamento do plano de alimentação escolar.
4	Divulgar e incentivar para que o Conselho Escolar e a população sejam atuantes em relação ao controle social da alimentação escolar.
5	Promover a integração entre as secretarias de educação e saúde no âmbito do PSE (Programa Saúde na Escola).
6	Desenvolver e institucionalizar estratégias de promoção da educação alimentar e nutricional (culinária, história, memória da alimentação entre outras) nas unidades educacionais considerando o Programa Nacional de Alimentação Escolar.
7	Ativar e fomentar as Escolas-Estufas (para produção, divulgação e distribuição de mudas e ensino de horticultura), assim como outros programas como compostagem, hortas e cisternas, com enfoque pedagógico.

8	Estabelecer lei de regulação das cantinas de escolas públicas e privadas com a devida fiscalização.
---	---

4.3 EIXO III – São Paulo: adesão, participação social e intersetorialidade na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN
a) Articulação e Institucionalização

1	Criar mecanismos de gestão que permitam o diálogo entre os atores locais de SAN e desses mesmos com a comunidade, bem como que se estabeleçam canais de comunicação que acessem os diversos níveis da gestão municipal.
2	Adotar estratégia de trabalho inter e intrasetorial envolvendo as diferentes secretarias municipais com compromisso dos seus titulares especialmente na abordagem de temas transversais tais como o combate ao desperdício, educação alimentar e nutricional, inocuidade do alimento, insegurança alimentar, entre outros, com participação e controle social.
3	Estabelecer convênios/parcerias com as Universidades e Instituições de notório saber visando a realização de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento da SAN, por meio de uma agenda pactuada com o objetivo de atender as demandas da sociedade.
4	Promover maior articulação e cooperação técnica com organismos que atuam na área de patrimônio e diversidade cultural como Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (COMPRESA), entre outros, a fim de garantir mapeamento das práticas alimentares na cidade de São Paulo, fortalecimento das políticas públicas e produção de pesquisas e estudos;
5	Incluir a Secretaria Municipal de Cultura na composição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo;
6	Inserir no plano de trabalho do COMUSAN o monitoramento, a avaliação e a divulgação das políticas municipais de SAN, incluindo a proposição de revisão e ampliação destas quando necessário.
7	Priorizar nas ações do COMUSAN discussões sobre as políticas de abastecimento e de gestão da água no Município, bem como a promoção da alimentação saudável e da história e cultura alimentar.
8	Mapear, cadastrar e sistematizar os programas, ações, iniciativas e instituições que trabalham com SAN na cidade de São Paulo, com ênfase na agricultura familiar e o atendimento aos grupos de vulnerabilidade social
9	Regulamentar a Feira de economia solidária
10	Implementar a política de abastecimento municipal, garantindo o apoio à agricultura familiar e a regulação e fiscalização da venda de alimentos, considerando os princípios da alimentação adequada e saudável e sustentável (AASS)
11	Criar normas no âmbito municipal referentes a publicidades de alimentos, notadamente voltadas ao público infantil, e fiscalizar a sua efetiva aplicação

12	Elaborar uma Política Municipal de História e Memória da Alimentação, como o tombamento do patrimônio material associado à alimentação e aos alimentos na cidade e região metropolitana, por exemplo, os Mercados Públicos
13	Institucionalizar por meio de lei municipal, mecanismos de reconhecimento e boas práticas de alimentação escolar, como o prêmio Educação Além do Prato.
14	Criar e divulgar índices estatísticos que colabore na formulação de políticas públicas de abastecimento alimentar que relacione quantidade de equipamentos públicos de SAN, feiras livres e sacolões e densidade demográfica.
15	Estabelecer e monitorar critérios de garantam a equidade na distribuição de equipamentos públicos de SAN.
16	Criar Centros de Referência em SAN (CRSSANS) em cada uma das subprefeituras de São Paulo, que deverão ser implementados progressivamente de acordo com os níveis de insegurança alimentar da localidade. e dar suporte aos CRRSANS já existentes.
17	Poder Público apoiar iniciativas e ações de mobilização da sociedade civil relativas à regulação da publicidade de alimentos e de fiscalização das normas relativas ao tema
18	Poder Público Municipal incentivar a criação e divulgação de redes e plataformas de comunicação virtual

b) Critérios de Composição da VII Gestão do COMUSAN-SP

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO NA 7ª GESTÃO (2017/2019) DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO PAULO - COMUSAN-SP

SEGMENTO E RESPECTIVO NÚMERO DE VAGAS

SEGMENTO 1
- Movimentos populares, sociais, comunitários, étnicos, de gênero e outros que atuam com temática alimentar priorizando os de reforma agrária, reforma urbana, agricultura familiar, aquicultores familiares, extrativistas, assalariados rurais, agricultura urbana, meio ambiente e agroecologia;
- Organizações não governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, priorizando as que trabalham com populações em condições socioeconômicas vulneráveis
- Redes e fóruns populares que atuem com a temática alimentar,
- Imigrantes, priorizando populações em condições socioeconômicas vulneráveis
NÚMERO DE VAGAS: 10

SEGMENTO 2
- Entidades sindicais e associados patronais na área, prestadores de serviços na área de alimentação, abastecimento e comércio de alimentos, turismo, agronegócio, pequenas indústrias de alimentos
- Sistema S, com exceção das empresas multi ou transnacionais.
NÚMERO DE VAGAS: 01

SEGMENTO 3
- Associações e instituições de assessoria e consultoria que atuam na área de Segurança Alimentar e Nutricional, priorizando as que trabalham com populações em condições socioeconômicas vulneráveis
- Instituições de ensino e pesquisa, priorizando as que trabalham com populações em condições socioeconômicas vulneráveis
- Entidades nacionais de pesquisa, assessoramento e de saúde coletiva, priorizando as que trabalham com populações em condições socioeconômicas vulneráveis
- Grupos de pesquisa vinculados à universidades públicas, priorizando os que trabalham com populações em condições socioeconômicas vulneráveis
NÚMERO DE VAGAS: 05
SEGMENTO 4
- Entidades que trabalham com patologias, com necessidades alimentares especiais, pessoas com deficiência, crianças e idosos,
- Entidades sócio-assistenciais beneficiárias dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional, hipossuficientes, pessoa em situação de rua
- Entidades que atuem na prevenção, combate e controle de doenças ligadas à má nutrição (desnutrição, anemia, sobrepeso e obesidade).
NÚMERO DE VAGAS: 03

SEGMENTO 5
- Associação de Trabalhadores: Agricultores, pescadores, cozinheiros, produtores de alimentos
- Sindicatos, Conselhos de classe, Federações, Centrais Sindicais,
- Empreendimentos de Economia Solidária
- Cooperativismo Social
- Micro Empreendimento
NÚMERO DE VAGAS: 05

SEGMENTO 6
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Povos indígenas (artigos 231 e 232 da Constituição Federal)
- Ciganos, povos e comunidades tradicionais (Lei nº 6.040/2007)
- População negra.
NÚMERO DE VAGAS: 04

5. Moções Aprovadas

1. Moção de repúdio aviolência contra a mulher

Repudiamos que, apesar da Lei Maria da Penha, o PNAD de 2010, apresenta o aumento da violência contra a mulher, apresenta indicadores na casa, bairro e cidade, onde o índice são maiores as mulheres negras, que sofre violência íntima (companheiros, namorados e outros parentes); por desconhecidos e institucional.

2. Moção de solicitação

Nós delegados d 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, propomos a transferência da feira de Eco Oportunidades de Parelheiros, das dependências da Subprefeitura de Parelheiros para a Praça Central de Parelheiros, tendo em vista que o acesso municipal e outros interessados será facilitado bem como a possibilidade de aumentar as vendas.

3. Moção de repúdio contra a intolerância religiosa, xenofobia e todos os tipos de preconceitos

Os delegados (as) presentes na 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, repudiam todos os tipos de intolerância , inclusive religiosa, que vem sofrendo os adeptos de matriz africana, além de agressões verbais, ultimamente tem sofrido agressões físicas, tais como depredações de templos e apedrejamento, como o caso que aconteceu com a menina de 11 anos no Rio de Janeiro.

Esses tipos de intolerância incitam os conflitos religiosos, criam preconceitos e estimulam a violência, se contrapondo a cultura de Paz.

Assim como o Brasil é signatário do Pacto das Décadas dos Afrodescendentes, 2015, 2024, entendemos que estas práticas, depõem contra o que pregamos na sociedade.

4. Moção de apoio a uma Constituinte Exclusiva

O Brasil precisa de uma reforma política para destravar as operações de justiça social e soberana do povo brasileiro, mas com esse congresso não dá.

É preciso a convocação de uma Assembléia Constituinte, exclusiva, proporcional, sem financiamento empresarial.

5. Moção de repúdio ao Ministro da Defesa

A Rede Brasil-Memória, Verdade, Justiça (RBMVJ) vem ao público expressar sua profunda repulsa ao comportamento do ministro da Defesa, Jacques Wagner, por ocasião do funeral do general Leônidas Pires Gonçalves, que chefiou o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) do I Exército (Rio de Janeiro) entre abril de 1974 e novembro de 1976.

O General Leônidas consta como torturador no relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em reazão dos crimes que cometeu a frente do CODI do I Exército, unidade militar responsável por sequestro,

torturas, estupros, assassinatos e desaparecimentos de dezenas de brasileiros e brasileiras, opositores da Ditadura Militar.

O Ministro da Defesa, porém autorizou honras militares durante o funeral, ocorrido no dia 06 de maio, e enviou como seu representante o chefe de Estado- Maior

Conjunto de forças Armadas, General José De Nardi.

São Inadmissíveis e dignas de repúdio as homenagens prestadas pelo Ministro da Defesa e Memória de um oficial torturador identificado pela CNV! O governo federal deveria ser o primeiro a acatar as conclusões e recomendações da CNV.

Ao prestar honras militares e enviar representante do Ministério da Defesa ao funeral do general Leônidas, o ministro Jacques Wagner ofendeu a memórias das vítimas e de seus familiares somou-se à vozes dos defensores da Ditadura Militar e, desrespeitou e desacatou determinações de um órgão de Estado, a CNV!

A Rede Brasil-Memória, Verdade e Justiça (RBMVJ) exige do governo federal que cumpra sem tergiversar as recomendações da CNV, de imediato, em especial, as duas primeiras.

1) "Reconhecimento, pelas forças armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar (1964 a 1985)" e

2) "Determinação, pelos órgãos competentes, de responsabilidade jurídico-criminal, civil e administrativa - dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridos no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais".

6. Moção de repúdio a redução da maioria penal

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/1993, que propõe alteração do artigo 228 da constituição Federal reduzindo a maioria penal de 18 anos para 16 anos está em tramitação no senado.

Atualmente, a partir de 12 anos, qualquer adolescente é responsabilizado pelo ato cometido a lei, através de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O objetivo é garantir um processo de aprendizagem do menor infrator, ajudá-la a recomeçar não repetindo o ato infracional.

A redução da maioria penal não beneficiará a sociedade e não resolverá o problema da violência.

Para enfrentar a violência é preciso garantir educação, saúde, trabalho e direitos sociais.

Por estes motivos repudiamos a PEC 171/1993.

6. Encaminhamentos Pós-Conferência

- Elaboração do Relatório da Conferência;
- Divulgação ampla do Relatório: na página virtual do COMUSAN, nas Secretarias, nos postos de Saúde, ao Tribunal de Contas, Câmara Municipal, etc.;
- Enviar carta Política ao prefeito e CAISAN;
- Recomendações do COMUSAN de acordo com propostas que saíram na Conferência;
- Monitorar as propostas;

7. Recomendações

- Ampliar o tempo para debate dos temas, tanto na Conferência, quanto nas Pré- Conferências regionais; pois ficou muito reduzido para as discussões, não aprofundando as propostas;
- Necessidade de se pensar em um novo modelo de participação (Conferência), no sentido de renovar, pois já foram realizadas seis edições e sempre da mesma forma, não havendo, nesse caso, espaço para o contraditório;
- Pensar em formações/ orientações expressivas, para todo o conselho, sobre: papel do conselheiro, o que é o Conselho e como atuar efetivamente na Conferência de forma consciente;
- Ampliar o tempo para a organização do processo de Conferência, dentro de prazos mais exequíveis para os conselheiros(as);
- Anteriormente à realização da Conferência disponibilizar o Regimento da Interno, para leitura prévia de todos e somente deixar para discutir no primeiro momento da Conferência os “destaques”, que devem se antever alguns problemas que podem surgir e que o que foi combinado na metodologia deve ser mantido sem exceções; e
- Não ter duas agendas de evento, num mesmo dia, pois houve confusão ao unir as agendas (inauguração e abertura). Ficando assim, prejudicado o primeiro momento da Conferência;

8. Saiba Mais

FILMES

- Saindo da Caixinha (<https://www.youtube.com/watch?v=brrrX8biFJE>)
- Cuidando da Vida no Sítio São João
(<http://www.youtube.com/watch?v=osgb3g6dl4U&list=PL9124CFA3DD02C753>)
- Agroflorestar: Semeando um mundo de amor, harmonia e fartura
(http://www.youtube.com/watch?v=rU9W_FBHwvA)
- Utopia no Quintal: Permacultura e Cidade (<http://www.youtube.com/watch?v=EJBP61s-cvg>)
- O Poder da Comunidade (<http://www.youtube.com/watch?v=rr70FVoAXBo>)
- O mundo segundo a Monsanto (http://www.youtube.com/watch?v=gE_ylfkR88M)
- O Veneno está na Mesa (<http://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>)
- A resposta da terra (<http://www.youtube.com/watch?v=hZeDZvmXQxs>)
- Revolução dos Baldinhos (<http://www.youtube.com/watch?v=kv0bhlAD9o0>)
- Back to the start (<http://www.youtube.com/watch?v=aMfSGt6rHos>)
- MAN (<http://www.youtube.com/watch?v=WfGMYdalCIU>)
- De onde vem a força do agronegócio? (<http://www.youtube.com/watch?v=Xu5O7zdxYDQ>)
- Edible City – Grow the Revolution (legendado)
(<http://www.youtube.com/watch?v=rIVqGtgDHBo>)
- Plantio Mecanizado de Florestas
(<http://www.youtube.com/watch?v=8IZlcYfUAuA&list=PL7941CD8AA50FECEB>)
- Projeto Plantas Comestíveis Não Convencionais
(<http://www.youtube.com/watch?v=zTrpWLjFvBo&list=PLF428EF6D46AD40D7>)
- Revolução dos Cocos (legendado) (<http://www.youtube.com/watch?v=wfqTqVxYbk4>)
- Passado Semente Futuro (<https://www.youtube.com/watch?v=VNAAzZW2DLc>)
- Semente é diamante (<https://www.youtube.com/watch?v=HJJK85ciTfc>)
- Abundância (https://www.youtube.com/watch?v=ps_zcuR3AuA)
- Neste Chão Tudo Dá - Semeando Conhecimento e Colhendo Resultados
(<https://www.youtube.com/watch?v=TEas-n7Q-Jc>)
- Comida de verdade - CONSEA (<https://www.youtube.com/watch?v=E-tCj47Jlgl>)
- Comida que alimenta (<https://www.youtube.com/watch?v=z6xAkNPV3Ql>)

- Um homem, uma vaca, um planeta
Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=jnTF0kQBupw>
Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=RH22diNqGyQ>

- Alimento orgânico: o sonho da autossuficiência
(<https://www.youtube.com/watch?v=gm1hqDWjacM>)

- O Solo
Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=TNciROVbLbg>
Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=IPt_RSvV5Pg

- Terra, Suor e Trabalho
Leite: https://www.youtube.com/watch?v=k_N5L5i0_Qk
Trigo: <https://www.youtube.com/watch?v=RxtO6Y1AZdg>
Gado: <https://www.youtube.com/watch?v=sY7wTxzuZ7Q>

- Agrotóxico uma agricultura da morte (https://www.youtube.com/watch?v=E_RsLVFYftU)
- Agricultura Tamanho Família (<https://www.youtube.com/watch?v=aojqLfx-e7o>)
- Ciclovida (<https://www.youtube.com/watch?v=oqaBg>)
- Sementes da Liberdade (Seeds of Freedom)
(https://www.youtube.com/watch?v=iLHkzY_n56s)
- Projeto PANCS - Plantas alimentícias não-convencionais
(https://www.youtube.com/watch?v=iieB_jhhaC0)
- Sementes Crioulas (<https://www.youtube.com/watch?v=nDdHdCvWtPw>)
- Sementes da Paixão (<https://www.youtube.com/watch?v=K00GHazBJBc>)

- WebSérie MUDA - Agricultura Urbana e Periurbana de SP
- Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=ZdMol_f9Cq0
- Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=0ExJ4YIVphw>
- Parte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=x8CnFZAJx5Y>
- Parte 4: <https://www.youtube.com/watch?v=zKv0sL4NEGM>
- Parte 5: https://www.youtube.com/watch?v=AdkA-QrJ_t4
- Parte 6: <https://www.youtube.com/watch?v=jjCI-HuuZes>

Campanha Cresça - OXFAM

- 3 Mitos sobre Agroecologia (<http://www.youtube.com/watch?v=FpEL21Lr8kk>)
- Introdução ao problema: falta de alimento para todos (<http://www.youtube.com/watch?v=DfmavV3LBfk>)
- O que é preciso mudar? (<http://www.youtube.com/watch?v=iFi-EMCcpy4>)
- O que podemos fazer? (<http://www.youtube.com/watch?v=xtL6KyrrGRl>)

- Céu e Terra

Marsha Hanzi e Vandana Shiva (<https://www.youtube.com/watch?v=r9cnx7wXLJ4>)
Preta (Epicentro Marizá) e Bija Didi (Navdanya) (<https://www.youtube.com/watch?v=7ubJdtrzua8>)
Tião (Epicentro Marizá) e Sunil (Navdanya) (<https://www.youtube.com/watch?v=5NJOnEGhKa8>)
Crianças: do sertão da Bahia aos arredores de Paris (<https://www.youtube.com/watch?v=FS9TyTg4j0Q>)

- Curta Agroecologia

Coragem é um dom (<https://www.youtube.com/watch?v=9vl0D6CJEIY>)
Sementes e histórias (https://www.youtube.com/watch?v=jZZGxxp_Uyk)
A saúde está entre nós (<https://www.youtube.com/watch?v=21d3T7yKV3c>)

Chapada do Apodi: Morte e Vida (<https://www.youtube.com/watch?v=Yp6LT7lf6s0>)
Quebradeiras: Resistência Extrativista (<https://www.youtube.com/watch?v=hfoCXzWL4zl>)
Redes Autosustentáveis alimentos agroecológicos no litoral norte do RS (<https://www.youtube.com/watch?v=YodGh5KD-u0>)
Água Boa (<https://www.youtube.com/watch?v=VS7fr9n7L7Y>)
O Circuito (<https://www.youtube.com/watch?v=ZQ3ZSAm8g2k>)

TEDx

- De uma horta em casa para a agricultura urbana: Claudia Visoni at TEDxJardins City2.0 (<https://www.youtube.com/watch?v=glOG6rMMMSl>)
- Transformando lixo em comida | Fernanda Danelon | TEDxLaçador (<https://www.youtube.com/watch?v=D83CPfWAQFE>)

LEITURAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA. Brasília, 2009. Nota Técnica para divulgação dos resultados do PARA de 2008.

BRASIL Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Companhia Nacional de Abastecimento. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar 2011. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_06_27_11_44_39_0803_custeio_investimento_e_comercializacao.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Segurança alimentar e nutricional. Rede de equipamentos. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição – CGPAN. Relatórios do SISVAN web. Disponível em: <http://nutricao.saude.gov.br/sisvan/relatorios_publicos>. Acesso em: 8 jun. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº. 7272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: 25 ago. 2011.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA. I Inquérito Nacional de saúde e Nutrição dos Povos Indígenas 2008-2009. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/desai/arquivos/Apresentacao_Iquerito_Funasa_11_05_10.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS - IBASE. Repercussões do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas: documento síntese. Rio de Janeiro:IBASE, 2008. 20p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo demográfico 2010: resultados preliminares do Universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000408.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2008-2009. Despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamento Familiar - POF 2002- 2003. Aquisição alimentar domiciliar per capita: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

VAITSMAN J.; RODRIGUES R. W. S.; SOUZA R. P. O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS; Unesco, 2006.

9. Siglas e Conceitos

Alimentação Saudável: Alimentação equilibrada e adequada às necessidades biológicas e sociais dos indivíduos e de acordo com as fases do curso da vida. Devendo ser acessível física, financeiramente, saborosa, variada, colorida, harmônica e segura quanto aos aspectos sanitários. Considerando as práticas alimentares culturalmente referenciadas e valoriza o consumo de alimentos saudáveis regionais (como legumes, verduras e frutas), sempre levando em consideração os aspectos comportamentais e afetivos relacionados às práticas alimentares.

Segurança Alimentar e Nutricional – SAN: Toda pessoa tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional. Deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região.

Insegurança- (In)SAN - Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural.

Soberania Alimentar – SA: Cada povo tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos.

Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA: Está fortemente relacionado ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, do qual o Brasil é signatário. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plenamente e dignamente da vida em sociedade.

Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –PMSAN: Conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, articulando condições que permitam sua manutenção a longo prazo. Requer o envolvimento da sociedade civil organizada.

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN: Reúne órgãos dos três níveis de governo e organizações da sociedade, que atuarão na articulação e coordenação de forma integrada para a formulação e implementação de políticas e ações de combate à fome e de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Serão responsáveis pelo monitoramento e avaliação da situação nutricional da população, definindo direitos e deveres.

Educação Alimentar e Nutricional – EAN: De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, novembro de 2012, a “Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar”.

Equipamentos Públicos de SAN (EPANS): A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Podendo ser os seguintes equipamentos, de acordo com as regiões e demandas: Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos e Feiras e Mercados Populares, Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável- CRSANS:

Equipamento Público que proporciona discussões, reflexões, sobre segurança alimentar e nutricional, com fomento à prática da cidadania, de convivência e participação social, promovendo a intersetorialidade local, por meio do desenvolvimento de ações e práticas, com propósito do desenvolvimento local e regional com temas, relacionados a SAN, meio ambiente, economia solidária, abrangendo as diversas áreas: saúde, educação, meio ambiente, cultura, lazer, trabalho, entre outros, de acordo com a especificidade e a realidade de cada região.

Agricultura Convencional: normalmente as plantas escolhidas são plantas melhoradas geneticamente para ter uma produção major. O agricultor pode reproduzi-las, mas não vai ter a mesma produtividade e características. Nesse sistema o agricultor pode utilizar agrotóxicos para eliminar praga, doença e adubar o sol. Esse sistema também provoca rápida perda de fertilidade do solo, pois facilita a erosão, reduz a atividade biológica e esgota a reserva de alguns nutrientes. Os insumos agrícolas utilizados são na sua maioria derivados direta ou indiretamente do petróleo, que resultam num alto custo energético para sua obtenção, ocasionando um balanço energético negativo, ou seja, a energia produzida pela cultura é menor que a energia gasta para sua produção.

Agricultura Orgânica: é uma agricultura que não se utiliza de produtos químicos, visando a garantia da saúde humana e o equilíbrio do meio ambiente. A Lei Federal nº 10.831 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27/12/2007, é o marco legal da agricultura orgânica brasileira e deve promover a organização do sistema agroindustrial orgânico (SAGO).

Agricultura Agroecológica: a agroecologia integra a agronomia, ecologia, economia e sociologia. Objetiva assim o respeito à cultura e o conhecimento local preservando a identidade, os costumes e as tradições de cada povo. Não há receitas prontas para o sistema agroecológico, nem é possível desenvolver pacotes tecnológicos agroecológicos, mas baseia-se no fechamento dos ciclos de nutrientes e pela reativação dos mecanismos de autocontrole das populações tentando utilizar no máximo os recursos naturais e sociais disponíveis.

